

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

### **PROJETO DE LEI Nº 4372, DE 2012** (Do Poder Executivo)

*Cria o Instituto Nacional de  
Supervisão e Avaliação da Educação  
Superior – INSAES*

#### **EMENDA Nº \_\_\_\_\_**

Suprima-se no art. 2.º a expressão: “certificar entidades beneficentes que atuem na área de educação superior e básica.”

### **JUSTIFICATIVA**

A Lei Complementar 95/1998, em seu inc. II, art. 3.º “parte normativa, compreendendo o texto das normas de conteúdo substantivo relacionadas com a matéria regulada”. Descreve o processo legislativo, determinando que as normas sejam específicas da ementa. Neste sentido o art. 2.º extrapola os limites da lei mencionada, vindo alterar a norma legal que trata da certificação das entidades beneficentes, Lei 12.101/2009.

Além dessa violação, resta clara a invasão da competência destinada constitucionalmente para fiscalização e avaliação das entendidas beneficentes voltadas à educação básica, posto a competência para tal atribuição cingir-se aos estados, não à União Federal.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2014.

**OSMAR SERRAGLIO**

**Deputado Federal – PMDB/PR**